

Carajás:

Um crime contra o povo da Amazônia

Reportagem de Pedro de Souza

Para o governo o Programa Grande Carajás — um projeto de exploração de minérios na região da Amazônia — é a grande esperança do Brasil saldar todas as suas dívidas externas, além das perspectivas de rápido enriquecimento com grande volume de exportação de minério de ferro, alumínio e carvão e alimento. Já quem acompanha de perto a implantação desse projeto tem um ponto de vista muito diferente. Para o bispo de Imperatriz, D. Alcimar Caldas Magalhães, (veja entrevista abaixo) o grande crime deste programa é a ausência total da participação popular. "O povo não tem conhecimento do que vai ser executado em cima dele. Todo minério que passar por ali, toda produção de cereais não vai beneficiar a população. O crime nacional deste projeto é a internacionalização da Amazônia. Uma grande faixa brasileira será arrendada para o estrangeiro", alerta o bispo.

Esta é também uma das conclusões do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o IBASE, que preparou um relatório analisando a proposta do governo e alertando para o caráter autoritário do plano governamental. O IBASE critica a falta de participação popular na elaboração deste programa e o descaso do governo em relação a questão fundiária na região e aos fluxos migratórios ocasionados pelo Carajás. Adverte que, se estes problemas não estão sendo objeto de estudo e preocupação nesta fase de implantação do projeto, só tenderão a agravar os desequilíbrios sociais já existentes.

Mas diante de tão grandioso programa, só interessa ao governo chamar as grandes empresas multinacionais a quem está assegurada a posse de terras e de direitos minerais e o uso de mão-de-obra a salários baixos. Estes capitalistas ainda poderão contar com apoio para utilização de recursos financeiros do exterior. Tudo isto, conforme análise do IBASE, não traz vantagem nenhuma para o País já que os lucros acabam indo para o estrangeiro. Além do mais trata-se de um investimento grande demais para o Estado que pesará sobre toda sociedade brasileira.

A saúde do povo em perigo

No relatório elaborado pelo IBASE há uma séria advertência quanto ao perigo das doenças que podem ser trazidas pela poluição dos rios e do sub-solo por metais pesados e pela poluição do ar por gases venenosos. O órgão critica o descaso deste plano governamental que não reconhece os males causados por metais pesados como as doenças do fígado, do sistema nervoso e o câncer. É iminente ainda o perigo da contaminação direta da água usada para indústria ou nas residências.

Alguns dos metais que serão trabalhados em Carajás provocam estes efeitos: mercúrio — toxidez intra-uterina, retardamento mental da criança; chumbo — aborto espontâneo, fetos com pequeno peso, convulsões, saturnismo; arsênico — feo-tóxicos, problemas de pulmão, fígado e rins; cobre — efeitos sobre o fígado e rins.

O IBASE lembra que este tipo de problema não é novo no Brasil. Em Santa Catarina, os rios estão se tornando cada vez mais ácidos na região mineira de carvão, devido ao ácido sulfúrico produzido na operação das minas.

Pelo visto a saúde da população da região de Carajás está definitivamente ameaçada já que este projeto governamental prevê a implantação de muitas unidades [de processamento de metais. Os despejos deste produto estarão conta-

minados com solventes diversos, em geral, todos tóxicos e, conforme relata o IBASE, não está havendo nenhuma medida para proteger as águas de superfície e do sub-solo contra a contaminação por esses poluentes.

Outro problema levantado pelas pesquisas do IBASE é o de grandes inundações que poderão ocorrer nas regiões às margens dos rios Tocantins, Balsas, Mearim, Itaipuru, Gurupi, Telespíres por causa do total desmatamento daquela área. A explicação é que com o desmatamento das margens dos rios, o solo perde a capacidade de reter a água. Isto é o que acontece nas ribeiras do baixo São Francisco e das margens do Capibaribe, onde a população vive ainda o drama das enchentes em época de chuvas.

Este apressado processo de implantação do Programa Grande Carajás não está levando em conta ainda os cuidados para com todo tipo de poluição, vindo, inclusive, do transporte de minério e da utilização de explosivos e a mineração a céu aberto. A poeira que se levanta desta atividade constitui um sério perigo para as populações mais próximas.

Por isso, o relatório do IBASE critica, principalmente, o fato de este programa ser colocado nas mãos do capital multinacional. Certamente, não há garantias de que os pontos de interesse popular sejam levantados. Na verdade, para o capitalista estrangeiro é interessante procurar países sub-desenvolvidos para a instalação de indústrias poluidoras. Tem a vantagem de poder usar uma tecnologia barata e agressiva, explorar mão-de-obra e não ter que obedecer uma legislação ambiental mais rígida.

O que o IBASE propõe para o Programa Grande Carajás é um planejamento mais longo e mais amadurecido, sem esta pressa que poderá se constituir num crime nacional. O instituto apela para que a Secretaria Especial para o Meio Ambiente — o SEMA — providencie a elaboração de um código rígido de diretrizes, prevendo zoneamento apropriado de áreas industriais, minerais e residenciais, proteção do solo, do ar e das águas, requisitos mínimos de qualidade do meio ambiente e seleção de tecnologias menos poluentes.

O IBASE chama atenção ainda para o incrível crescimento populacional que a região vai atingir, devido ao avanço industrial. "Nesta hora, os rios e o sub-solo da região deverão estar protegidos como fonte de água, o solo deverá ser pelo menos igual ao atual e a atmosfera não poderá ser um veículo de desastres ecológicos", reza o documento do instituto.

Para este órgão de pesquisa, há uma solução para todos estes problemas. A proposta é de aumentar o prazo de implantação deste programa e utilizar o máximo de recursos do próprio País. Segundo as versões oficiais, o Carajás necessita de um investimento de cerca de 60 bilhões de dólares, num prazo reduzido de dez anos.

Mas o IBASE considera que este orçamento não é necessário e propõe que o Programa Grande Carajás seja realizado por etapas de 10 anos em que se empregaria quantias de 7,2 bilhões de dólares na fase inicial e cerca de 18,7 bilhões numa segunda fase. Com isto, o instituto quer abrir um debate nacional em que se leve em conta o grau de amadurecimento dos projetos e suas viabilidades tecnológicas, a inserção do projeto no processo do desenvolvimento brasileiro e o momento em que, especialmente as organizações de base, após amplo debate, o considerassem oportuno para implantação definitiva.



A expulsão dos pequenos posseiros

Já em fase de adiantada implantação, o Programa Grande Carajás está trazendo sérios problemas para a população da área amazônica que será atingida por este empreendimento. Esta área vai do norte do paralelo oitavo, entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba até parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão. Nestas localidades, o povo já está sofrendo violento processo de expulsão, sendo obrigado a migrar para a periferia das cidades. É o que ocorre nos municípios maranhenses de Imperatriz, Açailândia e Santa Inez. Ali, milhares de famílias estão morando em barracos de madeira, construídos à margem das estradas. Os homens, depois de pressionados a abandonar suas terras, agora são explorados trabalhando na própria obra do Carajás.

Segundo informações do bispo da Diocese de Imperatriz, no Maranhão, D. Alcimar Caldas Magalhães, a expulsão destas famílias se dá pelo aliciamento à venda de suas terras a preços baixíssimos ou até mesmo pela violência armada. "Isto ocorre através de elementos estranhos que se dizem executores de uma ação judicial mas não apresentam nenhum documento e obriga a população a emigrar de uma forma violenta em caminhões. Eles cercam as propriedades com cerca de arames e tocam fogo nas casas sempre pressionando com armas na mão", testemunha o bispo.

Na maioria das vezes, as violências acontecem na surdina. Comunidades distantes desaparecem sem que ninguém esteja por perto para testemunhar. Mas é certo que os executores usam os mais variados tipos de violência. Chegam até a obrigar os moradores da região a sujar a água do poço afim de impedir qualquer possibilidade de vida no local invadido.

POUCA RESISTÊNCIA

D. Magalhães explica que a área do Programa Carajás é uma localidade onde a maioria da população vem de outra região. Aquelas famílias já migraram mais quinze vezes em dez anos, portanto, é um povo acostumado a migrar. "Essa gente é sempre tão violentada e até desconhece qualquer tipo de orientação", diz D. Alcimar Magalhães.

Por isto, a Comissão Pastoral da Terra e a Comissão Justiça e Paz da região está procurando conscientizar aquele povo para que se una e exija indenização quando perder o seu terreno. Este trabalho tem sido difícil, pois os posseiros não têm documentação e acabam sendo vencidos diante de pressões mais fortes. Também há reações dos invasores das terras tentando impedir a mobilização dos moradores das terras pretendidas pelo Carajás. Frei Tomé Cortinovis chegou a ser violentamente agredido por causa da ajuda que tem dado na organização popular.

O bispo de Imperatriz observa que há uma certa conivência do Getat em toda esta agressão do povo. Afinal não interessa para o governo a presença de pequenos posseiros ao redor do Programa Grande Carajás. Tudo é planejado para que as grandes extensões de terras sejam arrendadas a grandes fazendeiros ou para as multinacionais. Estes têm muito mais dinheiro para dar conta de toda produção agropecuária previsto pelo Projeto Carajás.

Por esta razão, prevê-se que até a implantação última do Carajás mais de 400 mil pessoas serão expulsas e super-povoarão a periferia da cidade de São Luiz, Capital do Maranhão. É o que caberá à população marginal a implantação de um projeto que envolve mais de 60 bilhões de dólares.